

AeC Centro de Contatos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balanço patrimonial	15
Demonstração de resultados	16
Demonstração de resultados abrangentes	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	19
Demonstração do valor adicionado	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

Relatório da Administração AeC 2023

Somos uma empresa de

TECNO
LOGIA **aec** CALOR
HUMANO

aec

Princípios Inegociáveis

1. ESTAMOS AQUI PARA FAZER MELHOR QUE TODOS.
2. FOCAMOS A **INOVAÇÃO** CONSTANTEMENTE.
3. SÓ ACREDITAMOS NO **SIMPLES**.
4. SOMENTE ENTRAMOS NO MERCADO EM QUE PODEMOS FAZER UMA **CONTRIBUIÇÃO SIGNIFICATIVA**.
5. TEMOS **FOCO**.
6. ACREDITAMOS NA **COLABORAÇÃO MÚTUA** DOS NOSSOS GRUPOS.
7. NÃO ACEITAMOS NADA QUE ESTEJA ABAIXO DO **NÍVEL DE EXCELÊNCIA**.
8. SOMOS **HUMILDES E HONESTOS** PARA ADMITIR NOSSOS ERROS.
9. SOMOS **CORAJOSOS** O SUFICIENTE PARA **MUDARMOS QUANDO NECESSÁRIO**.
10. **SOMOS FELIZES** COM O QUE FAZEMOS.

aec



1. SOBRE A AeC

Com 32 anos de história, somos uma das melhores empresas de serviços do país.

Desenvolvemos **experiências de relacionamento** entre empresas e seus consumidores, nos mais diversos mercados: de nativas digitais e fintechs a gigantes do setor financeiro, de telecomunicações, varejo e seguros, passando pelas áreas de energia, saúde, entre muitas outras - **toda e qualquer organização que deseja construir um relacionamento de confiança, segurança e responsabilidade com seus clientes e consumidores.**

Trabalhamos com **projetos customizados** e consultorias em atendimento e tecnologia, desenhando a **melhor solução para qualquer tipo de negócio.**

Contamos com mais de 52 mil colaboradores que estão distribuídos em 19 unidades de 07 estados e 11 cidades do Brasil.

NOSSO POSICIONAMENTO



Nossos 
números de 2023



2. IMPACTOS DA AeC E SUAS PERSPECTIVAS

A AeC é uma empresa de relacionamento e tecnologia que se baseia em análise de dados e vivências reais e humanas. Por isso, desenvolve soluções para otimizar processos, levando sempre em consideração os desafios que fazem parte da rotina das empresas, propondo melhorias que atingem o público interno e os clientes finais, proporcionando uma experiência única e eficiente.

2.1 Jornada de Experiência AeC

O diferencial da AeC está no modo como lida com as pessoas e aplica tecnologia de ponta em seus processos. A Jornada de Experiência AeC se apoia em três pilares que unem tecnologia e calor humano:

- Employee Experience

Programas e ferramentas que facilitam a jornada dos colaboradores, pensando no público interno como ponto de partida. Afinal, pessoas mais engajadas e felizes são mais eficientes!

- Customer Experience

Por meio da inteligência de dados, aprimoramos a jornada do cliente e antecipamos oportunidades de negócio para melhorar a eficiência do atendimento.

- Transformação Digital

Projetos de melhoria contínua com foco em desenvolver uma jornada digital para gerar maior eficiência para operações e maior resolubilidade para consumidores.

A AeC tem como visão principal proporcionar uma combinação entre tecnologia e calor humano, com o objetivo de oferecer serviços de excelência, baseados em recursos de

automação e profissionais altamente especializados e dedicados. Diferentemente de ser apenas um prestador de serviços, a AeC se posiciona como um parceiro para aprimorar a experiência do cliente (CX) para todos os usuários finais. A empresa une profundo conhecimento operacional com tecnologias avançadas para prover as melhores soluções de BPO (Business Process Outsourcing).

Por meio da implementação de novas tecnologias, como inteligência artificial (IA), aprendizado de máquina (ML) e análise de dados em suas soluções, a empresa oferece aos seus clientes uma jornada personalizada para atender às suas demandas específicas. A empresa tem uma equipe dedicada de mais de 200 funcionários focados na agenda digital para melhorar o desempenho das operações por meio de tecnologia poderosa (IA, ML, NPL) e implantar soluções para aprimorar a experiência do usuário final.

Tais avanços permitem que a AeC tenha uma base diversificada de clientes nos mais diversos setores como empresas nativas digitais, telecomunicações, bancos e serviços financeiros, entre outros.

2.2 Cuidar de pessoas é um compromisso nosso

Fechamos o ano de 2023 com mais de 52 mil colaboradores, além de ser certificada pela quarta vez consecutiva, como um ótimo lugar para se trabalhar pelo instituto Great Place to Work – GPTW.

Apenas em 2023, a empresa promoveu mais de 5.600 colaboradores e conquistou importantes clientes do mercado.

Além do seu reconhecimento no setor em que atua é importante destacar o papel de transformador social da AeC. Não apenas o seu potencial transformador econômico, onde oferece milhares de empregos imediatos nas localidades, injetando anualmente milhões de reais na economia da região e garantindo o desenvolvimento de cidades inteiras e do seu entorno. Internamente, a AeC conta com programas que orientam os colaboradores sobre qualidade de vida, saúde e benefícios.

Como o projeto AeC Sonha com Você, que é realizado anualmente desde 2014 e que se dedica à realização de sonhos dos colaboradores. Outros exemplos estão nas ações do DiversifiAeC, que tem o intuito de abordar e colocar em prática temas de diversidade e inclusão no cotidiano da empresa. Em 2023, também consolidamos a **Área de Diversidade Equidade e Inclusão**, sob a gestão da Diretoria de Pessoas.

Tivemos o lançamento e conclusão da primeira edição da **Mentoria Liderança Feminina AeC**, que desenvolveu e capacitou mais de 100 colaboradoras e já promoveu 25% delas. Além de realizar a segunda edição do **Quem faz a AeC**, nosso censo de DE&I que nos norteará nas ações, processos e políticas ainda mais inclusivos e assertivos, tanto para nossos colaboradores, quanto também, para as comunidades em que estamos inseridos.

A AeC também oferece apoio à comunidade ao redor com programas promovidos pelo projeto Caravana do Bem.

Todas essas ações são realizadas porque cuidar de pessoas é um compromisso nosso. Somos uma empresa de tecnologia e serviços, mas formada por gente. A tecnologia nos capacita, mas o que nos move são as pessoas.

2.3 Reconhecimentos

As consequências da união entre tecnologia e calor humano para desenvolver e melhorar o cotidiano dos nossos colaboradores e clientes são as nossas conquistas em certificações e premiações. Conquistamos 39 prêmios e rankings em 2023, aumentamos em 62,5% o número de premiações frente a 2022.

A AeC foi reconhecida pelo **oitavo ano consecutivo** como a **Melhor Empresa de Serviços do País**, pelo anuário Época Negócios 360°: um ranking que avalia as melhores e maiores empresas do país e suas práticas e resultados em critérios como Sustentabilidade, Desempenho Financeiro, Governança Corporativa, Visão de Futuro, Inovação e Pessoas.

Fomos a **Empresa do Ano pela Frost & Sullivan** em 2022 e 2023, prêmio este que consolida e reconhece a AeC em todos os esforços e investimentos em Tecnologia e Calor Humano.

Recebemos o destaque pelo **ISG Provider Lens TM – Customer Experience Services 2023** avaliação de provedor de serviços de tecnologia e mercado. O prêmio reconheceu a AeC como, fornecedora líder nos quadrantes Digital Operations AI & Analytics, Work From Home Services, Social Media e Debt Collection Services.

Ainda em 2023, a AeC foi reconhecida na categoria Governança Corporativa do Estadão Mais Empresas, o maior e mais completo ranking empresarial do país. Este reconhecimento é resultado do grande empenho da AeC, da dedicação das áreas envolvidas e do engajamento e patrocínio de todas as áreas da companhia que respeitam e endossam as ações e projetos, como Política de Compliance, a segurança de dados e informação, os projetos de DE&I, a observância às legislações vigentes, a ética e transparência e claro, o cuidado incondicional com as pessoas.

Nos últimos dez anos, a AeC ultrapassou a marca de 100 premiações conquistadas no setor, 39 delas compreendidas no ano de 2023, dentre elas importantes reconhecimentos como BPO do Ano de Grandes Operações pelo Prêmio Consumidor Moderno. Também no ano de 2023, conquistamos pela nona vez o Prêmio Ouvidoria do Brasil, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente – ABRAREC.

Todos estes reconhecimentos reforçam que a AeC somente entra no mercado em que pode fazer uma contribuição significativa.

A AeC EM DESEMPENHO

A AeC é uma empresa 100% brasileira, constituída como sociedade anônima de capital fechado. Há 16 anos, tem suas Demonstrações Financeiras auditadas por Big Four tendo sempre obtido seu Parecer dos Auditores Independentes emitidos sem ressalvas e devidamente publicado em jornais de grande circulação. Atualmente, a AeC conta com uma diversificação altamente saudável e equilibrada de sua carteira de clientes além de ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente, inclusive pelos seus competidores, como uma referência em Compliance e Saúde Financeira no seu mercado de atuação, há vista as diversas premiações e certificações obtidas em 2023. Neste ano, a AeC superou as marcas apresentando um resultado forte e consistente, com destaque para melhoria de suas margens refletindo diretamente na geração de caixa operacional.

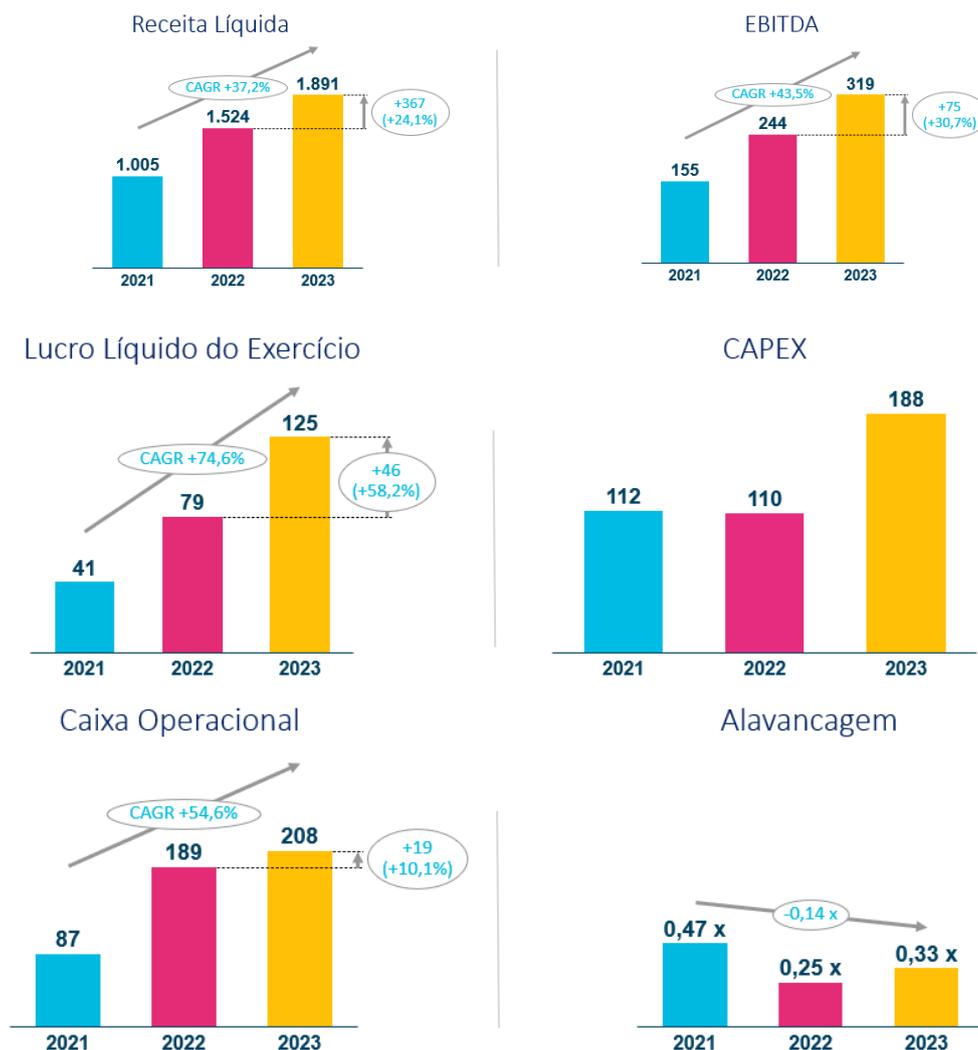
Em 2023 a AeC teve novos desafios e novas conquistas. Entregamos uma receita bruta recorde de R\$ 2,08 bilhões, um crescimento de 24% vs. 2022. Além deste robusto crescimento, entregamos um EBITDA recorde de R\$ 319 milhões, crescimento de 31% vs. 2022. Estes resultados permitiram uma entrega no Lucro Líquido de R\$ 125 milhões, representando uma

evolução de 52,2% em comparação com o ano anterior.

Além do resultado econômico a empresa atuou na otimização de seu caixa onde foi possível gerar R\$ 208MM de caixa operacional.

Para suportar este importante crescimento, a Companhia segue com seu plano de investimentos tendo aplicado R\$ 188 MM em CapEX no exercício de 2023.

Estes resultados demonstram a Solidez Financeira da AeC, que continua entregando, ano a ano, um crescimento importante com margens saudáveis e o menor grau de endividamento do Setor.



3. Somos felizes com o que fazemos

Nossas conquistas e nossos marcos são resultado de um time talentoso, dedicado e que sabe aplicar tecnologia e inovação entregando excelência para nossos clientes e milhões de pessoas. E isto só é possível porque somos felizes com o que fazemos.

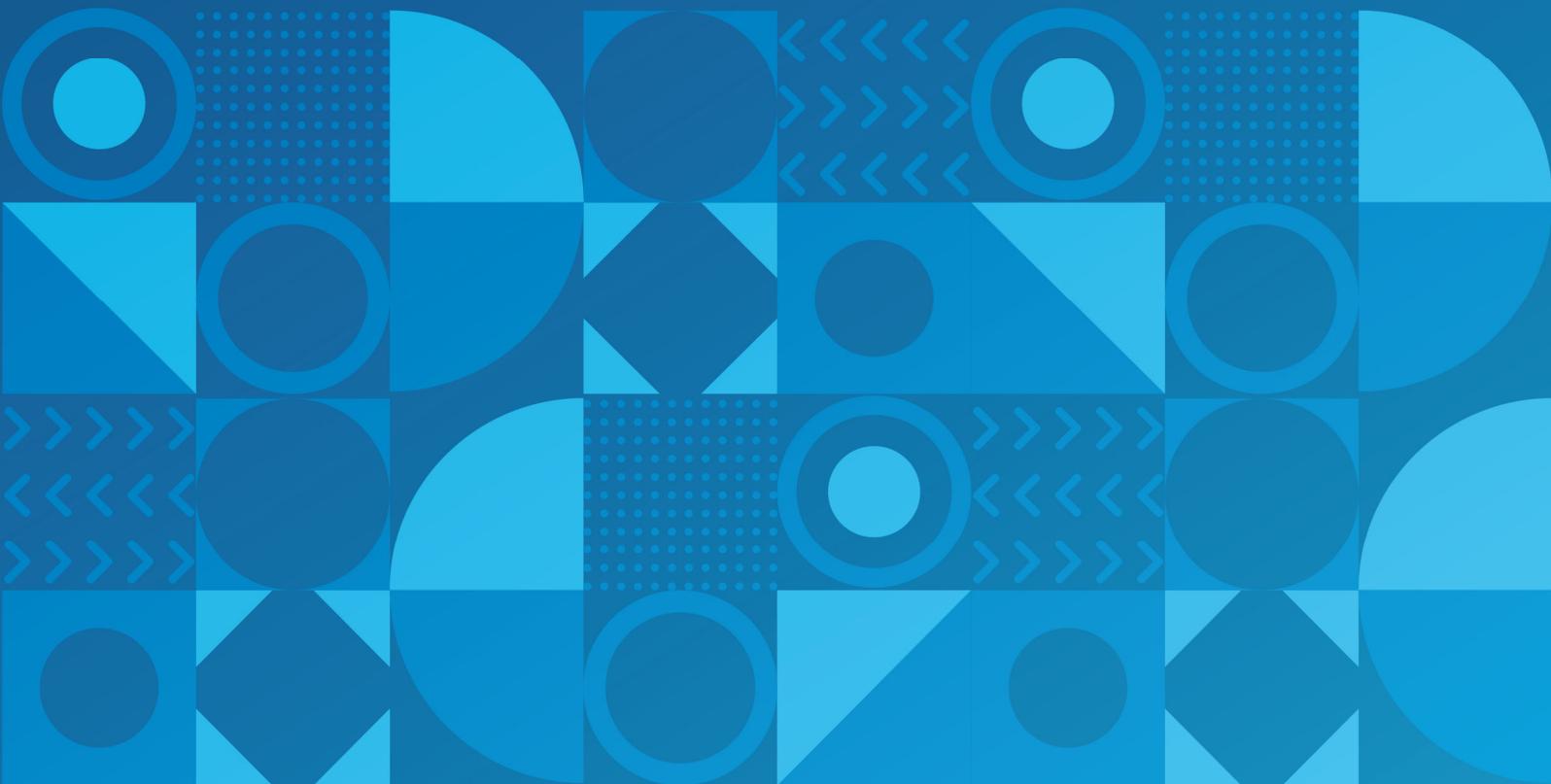
A ética, transparência e responsabilidade social também são chaves fundamentais para nossa evolução e transformação como empresa. Afinal, somos feitos por pessoas para outras

pessoas e nosso intuito primordial é fazer a diferença na vida também de pessoas: seja por meio de desenvolvimento profissional, na oportunidade ou na elaboração de um produto.

A AeC sempre com o apoio determinante e confiança dos Acionistas, Clientes, Fornecedores, demais Stakeholders e, principalmente, com o comprometimento do seu time de mais de 52 mil colaboradores, mantém se focada na excelência do atendimento, sustentabilidade e entrega dos melhores resultados.

Presente em nosso DNA, a tecnologia nos guia, mas o que nos movimenta são as pessoas.

aec





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
AeC Centro de Contatos S.A.**
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AeC Centro de Contatos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da AeC Centro de Contatos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

AeC Centro de Contatos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	94.437	84.388	Contas a pagar aos fornecedores		55.023	34.286
Contas a receber de clientes	5	408.308	304.359	Empréstimos e financiamentos	11	125.565	104.168
Instrumentos financeiros derivativos	12	3	665	Instrumentos financeiros derivativos	12	7.518	1.104
Tributos a recuperar	6	2.521	242	Imposto de renda e contribuição social a pagar	27.2	17.194	13.986
Depósitos judiciais	16	23	-	Tributos a recolher	13	21.797	16.759
Despesas antecipadas	7	15.783	11.723	Obrigações trabalhistas	14	229.233	182.344
Demais ativos	8	13.757	5.723	Passivo de arrendamento	19	25.784	25.692
Total do ativo circulante		<u>534.832</u>	<u>407.100</u>	ISS Diferido	18	3.723	2.586
				Demais contas a pagar	15	<u>3.615</u>	<u>5.054</u>
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		<u>489.452</u>	<u>385.979</u>
Contas a receber de clientes	5	3.353	8.611	NÃO CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros derivativos	12	187	101	Contas a pagar aos fornecedores		12.474	5.072
Tributos a recuperar	6	604	604	Empréstimos e financiamentos	11	63.553	39.445
Depósitos judiciais	16	13.548	12.018	Instrumentos financeiros derivativos	12	2.133	148
Despesas antecipadas	7	3.302	1.563	Tributos a recolher	13	2.136	127
Demais ativos	8	-	60	Passivo de arrendamento	19	52.904	68.126
		<u>20.994</u>	<u>22.957</u>	Impostos diferidos	18	3.734	4.177
Imobilizado	9	341.507	248.481	Dividendos a pagar	22	177.723	179.231
Intangível	10	61.859	50.914	Provisões	16	6.248	4.656
Ativo de direito de uso	19	68.146	83.706	Demais contas a pagar	15	<u>476</u>	<u>566</u>
Total do ativo não circulante		<u>492.506</u>	<u>406.058</u>	Total do passivo não circulante		<u>321.381</u>	<u>301.548</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		
TOTAL DO ATIVO		<u>1.027.338</u>	<u>813.158</u>	Capital social		115.301	65.000
				Reservas de lucros		<u>101.204</u>	<u>60.631</u>
				Total do patrimônio líquido		216.505	125.631
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.027.338</u>	<u>813.158</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	1.891.220	1.524.366
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	(1.552.549)	(1.279.869)
LUCRO BRUTO		<u>338.671</u>	<u>244.497</u>
Despesas gerais e administrativas	25	(115.628)	(97.708)
Despesas comerciais	25.1	(6.345)	(7.483)
Outras receitas	25.2	3.180	6.438
Outras despesas	25.2	(5.690)	(1.659)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>214.188</u>	<u>144.085</u>
Receitas financeiras	26	71.902	67.663
Despesas financeiras	26	(93.849)	(89.139)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(21.947)</u>	<u>(21.476)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>192.241</u>	<u>122.609</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	27.1	(67.619)	(44.897)
Diferido	27.1	443	1.405
		<u>(67.176)</u>	<u>(43.492)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>125.065</u>	<u>79.117</u>
Lucro líquido por ação (básico e diluído) - em R\$	21	1,85	1,24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	125.065	79.117
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>125.065</u>	<u>79.117</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucro</u>						Total
	Capital social	Reserva de subvenção para investimento	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros	Lucros acumulados	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>62.000</u>	<u>486</u>	<u>2.697</u>	<u>-</u>	<u>19.293</u>	<u>-</u>	<u>84.476</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	79.117	79.117
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:							
Aumento de capital	20.1 3.000	(486)	(2.514)	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	20.2 -	-	3.955	-	-	(3.955)	-
Dividendos	22 -	-	-	-	(19.293)	(18.669)	(37.962)
Constituição de reserva de subvenção para investimento	20.2 -	486	-	-	-	(486)	-
Constituição de reserva de lucros	20.3 -	-	-	-	56.007	(56.007)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>65.000</u>	<u>486</u>	<u>4.138</u>	<u>-</u>	<u>56.007</u>	<u>-</u>	<u>125.631</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	125.065	125.065
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:							
Constituição da reserva de lucros retidos	20.3 -	-	-	48.097	(48.097)	-	-
Aumento de capital	20.1 50.301	-	-	(47.000)	-	-	3.301
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	20.2 -	-	6.253	-	-	(6.253)	-
Constituição de reserva de subvenção para investimento	20.2 -	486	-	-	-	(486)	-
Dividendos	22 -	-	-	-	(7.910)	(29.582)	(37.492)
Constituição de reserva de lucros	20.3 -	-	-	-	88.744	(88.744)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>115.301</u>	<u>972</u>	<u>10.391</u>	<u>1.097</u>	<u>88.744</u>	<u>-</u>	<u>216.505</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		125.065	79.117
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	25	104.430	99.888
Baixa de valor residual de imobilizado		5.211	728
Imposto de renda e contribuição social corrente	27.1	67.619	44.897
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.1	(443)	(1.405)
Juros sobre empréstimos, líquidos da variação do valor justo dos instrumentos derivativos	11 e 12	23.418	17.207
Juros sobre arrendamentos	19	6.703	7.240
Perda Estimada para Crédito com Liquidação Duvidosa	5	10.922	1.504
Provisões natureza trabalhistas		1.592	440
Outras provisões		1.250	1.448
(Aumento) Redução nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(109.610)	(69.515)
Tributos a recuperar		(2.279)	580
Depósitos judiciais		(1.553)	2.611
Demais ativos e despesas antecipadas		(13.757)	(3.024)
Outros ativos		-	8
Aumento (redução) nos passivos:			
Contas a pagar aos fornecedores		28.139	13.653
Obrigações trabalhistas		46.890	48.018
Tributos a recolher		7.047	2.983
Demais contas a pagar		(1.662)	(578)
Imposto de renda e contribuição social pagos	27.2	(64.411)	(38.389)
Pagamento de juros sobre empréstimos	11.1	(20.295)	(11.090)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	19	(6.703)	(7.240)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>207.573</u>	<u>189.081</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	(147.344)	(70.675)
Aquisição de intangível	10	(36.014)	(39.592)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(183.358)</u>	<u>(110.267)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Contratação de empréstimos e financiamentos	11.1	171.279	108.611
Amortização de financiamentos e empréstimos	11.1/12	(119.922)	(71.488)
Pagamento de arrendamentos	19	(26.526)	(24.818)
Integralização de capital	20.1	3	-
Dividendos pagos	22	(39.000)	(36.170)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(14.166)</u>	<u>(23.865)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>10.049</u>	<u>54.949</u>
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do período	4	84.388	29.439
No fim do período	4	94.437	84.388
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>10.049</u>	<u>54.949</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AeC Centro de Contatos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS			
Prestação de serviços	24	2.083.668	1.681.590
Receitas relativas à construção de ativos próprios e benfeitorias em imóveis de terceiros		72.663	11.474
Outras receitas	25.2	3.180	6.438
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos dos serviços prestados		(200.678)	(171.048)
Materiais, serviços de terceiros e outros		<u>(72.418)</u>	<u>(11.442)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.886.415	1.517.012
Depreciação e amortização	25	<u>(104.430)</u>	<u>(99.888)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		1.781.985	1.417.124
Valor adicionado recebido em transferência:			
Receitas financeiras	26	<u>71.902</u>	<u>67.663</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL		<u>1.853.887</u>	<u>1.484.787</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração		1.073.495	871.319
Benefícios		149.246	119.497
Honorários da diretoria		21.317	17.213
FGTS		<u>80.078</u>	<u>64.975</u>
		<u>1.324.136</u>	<u>1.073.004</u>
Impostos, taxas e contribuições:			
Federal		245.472	191.178
Estadual		2.383	1.762
Municipal		57.701	49.384
Incentivos fiscais		<u>(486)</u>	<u>(486)</u>
		<u>305.070</u>	<u>241.838</u>
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros, variações monetárias e cambiais		91.811	88.448
Aluguéis		81	34
Outras		<u>7.724</u>	<u>2.346</u>
		<u>99.616</u>	<u>90.828</u>
Remuneração de capitais próprios:			
Dividendos e juros sobre capital próprio		29.582	18.669
Constituição de reservas		<u>95.483</u>	<u>60.448</u>
		<u>125.065</u>	<u>79.117</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		<u>1.853.887</u>	<u>1.484.787</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A AeC Centro de Contatos S.A. (“Companhia”) foi constituída no ano de 1998, inicialmente na forma de sociedade limitada, alterando para sociedade anônima de capital fechado em 28 de agosto de 2006, e está sediada em Belo Horizonte - MG.

A Companhia, que possui filiais em várias regiões do Brasil, sendo em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Alagoas, atua no ramo de prestação de serviços de centro de contatos telefônicos (“contact center”), teleatendimento em geral, “telemarketing” e “help desk”; prestação dos serviços de consultoria em tecnologia das comunicações; prestação de serviços nas áreas de informática sem fornecimento de peças ou materiais, incluindo suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; desenvolvimento e/ou licenciamento de softwares sob encomenda ou softwares customizáveis ou não customizáveis; prestação dos serviços de locação de infraestrutura (espaço físico, equipamentos, instalações, sistemas, etc.); prestação dos serviços de representação comercial e agente do comércio de equipamentos de informática, de software customizável e de programas de informática não customizáveis; serviço de correspondente bancário, serviços de “back office” e apoio administrativo e atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário e a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades.

Em 2023 a Companhia abriu as filiais de Juazeiro do Norte no Ceará e Montes Claros em Minas Gerais.

Desde a sua primeira operação, a Companhia atua em estreita parceria com seus clientes, permitindo a ela compreender a demanda de cada cliente para oferecer soluções sob medida, diferenciadas e flexíveis para os mais diversificados mercados e segmentos.

2 Políticas contábeis materiais

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas no contexto da continuidade operacional.

A Administração da Companhia aprovou as presentes demonstrações financeiras em 19 de março de 2024.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto em relação a determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo conforme descrito a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b. Transações em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado.

2.3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram utilizadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve mudança de política que possa impactar os exercícios apresentados nessa demonstração financeira de forma material.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- Pré-pagamento e prorrogação do prazo.
- Termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente, ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

Instrumentos financeiros e derivativos

Os empréstimos e financiamentos tomados representam principalmente captações para capital de giro e para a aquisição de ativo imobilizado. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa financeira no período em que são incorridos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação. Os ganhos ou perdas decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”. A Companhia não aplicou a contabilidade de “hedge” para seus contratos de “SWAP”. Dessa forma, as alterações no valor justo do instrumento financeiro derivativo mencionado foram reconhecidos no resultado do exercício.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento, vide nota nº 28.2 b 31.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentarem uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, informações do mercado, e, em alguns casos, referências bancárias. A Companhia possui controle sobre os clientes inadimplentes, monitorando individualmente a situação de cada um, podendo chegar a uma possível suspensão do fornecimento. A Companhia realiza as provisões para Perdas Esperadas nas contas a receber de clientes conforme critérios estabelecidos pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente mensurados a valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores divulgados no não circulante são relativos a contratos de serviços firmados com vigência de fornecimento que ultrapassam 12 meses. O ajuste a valor presente é comumente utilizado nas dívidas a longo prazo, cumprindo os requisitos da Lei 11.638/2007 e conforme CPC 12.

c. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação.

Em algumas situações, a Companhia questiona a legitimidade de ações judiciais e por estratégia da Administração ou por ordem judicial valores são depositados em juízo sem a caracterização de liquidação do passivo, proporcionando à Companhia o questionamento das ações.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

d. Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e estão compostos por terrenos, edifícios e construções, instalações, máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios, ferramentas e aparelhos, computadores e periféricos, telefones e aparelhos, aeronave, benfeitorias e obras em andamento. São demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e eventuais perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações. A depreciação desses ativos inicia-se quando os ativos estão prontos para uso nas operações da Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil é estimada como segue:

	2023	2022
Edificações e construções	25	25
Instalações	10	10
Máquinas e equipamentos	14,1	14,3
Veículos	5	5
Móveis e utensílios	13,4	13,5
Ferramentas e aparelhos	10	10
Computadores e periféricos	5	4,5
Telefones e aparelhos	7,1	8,1
Aeronave	5	-

A vida útil das benfeitorias em imóveis de terceiros é estipulada por meio de tempo do contrato firmado entre a Companhia e os proprietários dos imóveis locados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

e. Intangíveis Software

O direito de uso de software adquiridos de terceiros são reconhecidos como ativos intangíveis, e amortizados de acordo com a vida útil do contrato, cuja média em 2023 foi de estimada em 4,1 anos e em 2022 4,3 anos, e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

f. Benefícios a Empregados

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício.

De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

No que se refere às provisões relacionadas aos riscos tributários, cíveis e trabalhistas, a avaliação da probabilidade de desembolso de caixa inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, com base no valor histórico de perda dos processos e considerando a natureza de cada uma das verbas reclamadas. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, tendo sua preponderância referente a ações trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais, para os quais é provável uma saída de recursos e uma estimativa razoável possa ser feita.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores financeiros de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Reconhecimento de receita

A receita é baseada na contraprestação específica do contrato com o cliente recebida ou a receber pela prestação de serviços pela Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando os serviços são prestados de acordo com os contratos firmados com sua contraparte. Para isto, são analisadas questões comerciais e contratuais de modo que o montante da receita possa ser mensurado de forma confiável pela prestação do serviço. Essas negociações são analisadas, levando em consideração o tipo de cliente, a operação e as especificidades de cada acordo. A Companhia reconhece os efeitos de um contrato com um cliente quando todos os critérios abaixo são atendidos:

- (i) as partes do contrato aprovam o contrato formalmente, e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) a Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos serviços objeto do contrato;
- (iii) a Companhia pode identificar os termos de pagamento para os serviços a serem transferidos;
- (iv) o contrato possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato);

- (v) for provável que a entidade receba a contraprestação a qual terá direito em troca dos serviços que são transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor de contraprestação é provável, a Companhia considera tanto a capacidade como a intenção do cliente de pagar esse valor durante o período projetado. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser fixo ou variável, e nesse caso a entidade poderá oferecer ao cliente uma redução de preço.

Assim, a receita é inicialmente registrada sob a categoria 'receita a realizar' em observância ao princípio da competência, de acordo com as medições contratuais. Esse registro trata-se de uma estimativa e permanece até a conclusão dos procedimentos de validação e emissão dos pedidos por parte do cliente, quando então, a receita é faturada com a emissão da nota fiscal.

A receita é mensurada pelo valor justo, com base na contraprestação e parâmetros devidamente pactuados nos contratos com cada cliente, na qual produz cálculos confiáveis de mensuração para determinação e reconhecimento da receita pelo regime de competência. Tais valores são apreciados e aferidos pelo cliente que, por meio de aceite eletrônico pactua o valor final a ser faturado pela Companhia. Eventuais variações podem acontecer entre a medição e o efetivo faturamento em período subsequente, mas essas variações são consideradas irrelevantes pela Companhia.

j. Subvenção e assistências governamentais

Subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é apresentado como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é apresentado em conta redutora do ativo a que se refere e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor justo e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem.

A Companhia recebeu terrenos como subvenções fiscais e assistências governamentais, as quais tem como contrapartida a geração de empregos e a implantação de unidade de “Call Center” nos municípios em que esses terrenos foram doados. O mesmo está detalhado na nota explicativa nº 23.

A receita é reconhecida de acordo com o pronunciamento CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 20 (BV2010), pelo regime de competência, onde a receita de subvenção governamental é reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes.

k. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, caso aplicável. A Companhia não possui instrumentos que possam potencialmente diluir o lucro por ação.

1. Arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa suatixa incremental de captação.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial.

A Companhia aplica o CPC 01 (R1) / Valor Recuperável de Ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A maior relevância dos arrendamentos registrados pela Companhia, são locações de imóveis e equipamentos eletrônicos.

Como expediente prático, a IFRS 16 (CPC 06 (R2) - Arrendamentos) permite que o arrendatário não separe componentes de não arrendamento e, em vez disso, contabilize qualquer arrendamento e correspondentes componentes de não arrendamento como um contrato único. A Companhia não usou esse expediente prático.

m. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A avaliação da Administração acerca do risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 28.2 b.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista pelas IFRSs nem obrigatória conforme as CPCs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza de técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Utiliza a técnica da abordagem da receita pelo método do fluxo de caixa descontado.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas:

- **Notas explicativas 2.3 b e 28** - Instrumentos financeiros e gestão de risco.

q. *Novas normas e interpretações ainda não efetivas*

(a) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)*

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)*

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) ***Outras Normas Contábeis***

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas e premissas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Nota explicativa nº 2.3 i:** Reconhecimento da receita a realizar mensuração da receita de acordo com os contratos estabelecidos com clientes;
- **Nota explicativa nº 9:** mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado - principais premissas na determinação da vida útil;
- **Nota explicativa nº 16:** reconhecimento e mensuração de provisões para contingências - principais premissas em relação a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 18:** Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro - avaliação da Companhia com relação às provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos;
- **Nota explicativa nº 19:** Prazo do arrendamento - se a Empresa tem razoavelmente certeza de manter o contrato pelo prazo estabelecido;
- **Nota explicativa nº 28.2 b:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber - principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa (a)	30	27
Bancos - conta corrente (b)	91	47
Bancos - aplicações financeiras (c)	94.316	84.314
	94.437	84.388

- (a) Os valores mantidos em caixa referem-se a dinheiro em espécie para pagamentos eventuais e de menor valor.
- (b) O saldo mantido em conta corrente é destinado a pagamentos de obrigações correntes da Companhia.
- (c) As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (“CDB”) e possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Administração da Companhia (sem ônus), com rendimento médio anual de 103% do CDI(102% em 2022) em aplicações em CDB e 91,25% em aplicações compromissadas (85,5% em 2022) e atende todos os requerimentos do CPC 03 para divulgação no circulante.

5 Contas a receber de clientes

Os saldos a receber de clientes referem-se a créditos junto aos contratantes de serviços e estão compostos a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	399.190	292.541
Vencidos até 30 dias	15.275	12.004
Vencidos de 31 a 60 dias	1.635	2.693
Vencidos de 61 a 90 dias	122	125
Vencidos de 91 a 180 dias	1.111	230
Vencidos acima de 180 dias	6.754	6.881
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(12.426)	(1.504)
	411.661	312.970
Circulante	408.308	304.359
Não circulante	3.353	8.611
	411.661	312.970

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido se aproxima aos respectivos valores justos.

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia implementou melhorias à política de PECLD, a metodologia adotada prevê que os critérios de cálculo serão avaliados e ajustados anualmente ao fim de cada exercício, quando aplicável, divulgada na nota explicativa 28.2 b.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 28.

6 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar referem-se a créditos da esfera federal, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	195	203
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	64	66
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	423	533
Programa de Integração Social – PIS	42	44
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	152	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	4	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (a)	2.037	-
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	208	-
	<u>3.125</u>	<u>846</u>
Circulante	2.521	242
Não circulante	604	604
	<u>3.125</u>	<u>846</u>

- (a) Em 31 de dezembro, a Companhia identificou oportunidade para compensação de crédito de INSS específico ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT). Este valor é decorrente de levantamentos realizados para compensar encargos incidentes sobre verbas trabalhistas de períodos anteriores.

7 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se à assistência médica, vale-transporte e outros custos e despesas classificadas no ativo até que sejam apropriadas ao resultado no período correspondente.

	31/12/2023	31/12/2022
Assinaturas e Mensalidades	6.179	4.127
Vale-transporte	3.959	3.055
Garantia	404	603
Peças e acessórios	-	287
Condomínios	107	145
Assistência médica	1.016	880
Tributos pagos antecipadamente	322	116
Assistência odontológica	221	151
Vale refeição	3.321	2.778
Carta fiança	338	-
Seguros	274	-
Custo com Veículos	94	-
Outros custos e despesas pagos	2.850	1.144
	<u>19.085</u>	<u>13.286</u>
Circulante	15.783	11.723
Não circulante (a)	3.302	1.563
	<u>19.085</u>	<u>13.286</u>

- (a) O montante compreendido no não circulante corresponde, essencialmente, a assinaturas e mensalidades de software, seguros e garantias, que são pagos integralmente e apropriados mensalmente de acordo com o período de vigência do contrato.

8 Demais ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Material para uso e consumo (a)	5.136	1.781
Adiantamento a fornecedores (b)	5.504	1.562
Adiantamento de salários	15	9
Adiantamento de férias	2.741	2.412
Adiantamento de viagem	6	4
Valores a receber	355	15
	13.757	5.783
Circulante	13.757	5.723
Não circulante	-	60
	13.757	5.783

- (a) Compreendem os materiais estocados em almoxarifado para consumo próprio. O valor aumentou em função da expansão das operações da Companhia o que impactou em um aumento no quadro de pessoal e consequentemente na aquisição de mais materiais para insumo.
- (b) Compreendem valores adiantados a fornecedores, que tem como principal finalidade a aquisição de itens utilizados nas obras da Companhia. Aumento se deu em função das diversas obras ocorridas no ano de 2023, podendo-se destacar as obras das filiais de Campina Grande e João Pessoa na Paraíba e de Juazeiro do Norte no Ceará.

9 Imobilizado

	31/12/2023	31/12/2022
Custo		
Terrenos	13.597	13.567
(-) Subvenção governamental (a)	(7.663)	(8.149)
Edifícios e construções	63.345	58.758
Instalações	13.868	13.886
Máquinas e equipamentos	74.966	63.553
Veículos	2.422	1.383
Aeronaves	3.298	-
Móveis e utensílios	58.668	56.485
Ferramentas e aparelhos	101	180
Computadores e periféricos	218.659	198.164
Telefones e aparelhos	20.918	47.612
Benfeitorias	90.724	87.872
Obras em andamento	67.995	5.371
Total do custo do ativo imobilizado	620.898	538.682
Depreciação acumulada		
Edifícios e construções	(21.017)	(18.605)
Instalações	(13.867)	(13.886)
Máquinas e equipamentos	(29.836)	(28.239)
Veículos	(859)	(467)
Aeronaves	(275)	-
Móveis e utensílios	(25.154)	(27.366)
Ferramentas e aparelhos	(61)	(113)
Computadores e periféricos	(109.551)	(101.588)
Telefones e aparelhos	(17.978)	(43.377)
Benfeitorias	(60.793)	(56.560)
Total da depreciação acumulada	(279.391)	(290.201)
	341.507	248.481

- (a) Referem-se a doações de terrenos pelas prefeituras dos Municípios de Montes Claros - MG, Governador Valadares - MG, Mossoró - RN, Juazeiro do Norte - CE e Arapiraca - AL que são amortizadas pelo prazo de vida útil das edificações. As amortizações são reconhecidas no resultado. Para maiores detalhes veja a nota nº 23.

A tabela a seguir demonstra a movimentação do ativo imobilizado da Companhia:

Custo	Terrenos	Edificações e construções	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Ferramentas e aparelhos	Computadores e periféricos	Telefones e aparelhos	Benfeitorias	Obras em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.967	58.758	13.886	61.264	759	-	55.311	165	146.673	47.533	77.063	10.936	476.315
Adições	965	-	-	2.478	624	-	1.926	15	52.857	317	2.515	8.978	70.675
Baixas	-	-	-	(189)	-	-	(752)	-	(1.366)	(238)	(6.249)	-	(8.794)
Subvenções	486	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	486
Transferências internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.543	(14.543)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.418	58.758	13.886	63.553	1.383	-	56.485	180	198.164	47.612	87.872	5.371	538.682
Adições	30	-	-	16.767	1.040	3.299	9.425	23	46.832	243	532	72.452	150.643
Baixas	-	-	(19)	(5.354)	-	(1)	(7.241)	(102)	(26.337)	(26.938)	(2.921)	-	(68.913)
Subvenções	486	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	486
Transferências internas	-	4.587	-	-	-	-	-	-	-	-	5.242	(9.829)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.934	63.345	13.867	74.966	2.423	3.298	58.669	101	218.659	20.917	90.725	67.994	620.898
Depreciação Acumulada	Terrenos	Edificações e construções	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Ferramentas e aparelhos	Computadores e periféricos	Telefones e aparelhos	Benfeitorias	Obras em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(16.255)	(13.886)	(24.057)	(309)	-	(23.826)	(98)	(77.498)	(41.252)	(52.294)	-	(249.475)
Despesa do exercício	-	(2.350)	-	(4.280)	(158)	-	(3.722)	(15)	(25.237)	(2.358)	(10.186)	-	(48.306)
Baixa	-	-	-	98	-	-	182	-	1.147	233	5.920	-	7.580
Transferências internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(18.605)	(13.886)	(28.239)	(467)	-	(27.366)	(113)	(101.588)	(43.377)	(56.560)	-	(290.201)
Despesa do exercício	-	(2.411)	-	(4.734)	(392)	(275)	(3.766)	(15)	(32.237)	(1.489)	(6.827)	-	(52.146)
Baixa	-	-	19	3.138	-	-	5.978	67	24.274	26.887	2.593	-	62.956
Transferências internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(21.016)	(13.867)	(29.835)	(859)	(275)	(25.154)	(61)	(109.551)	(17.979)	(60.794)	-	(279.391)
Valor contábil líquido	Terrenos	Edificações e construções	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Ferramentas e aparelhos	Computadores e periféricos	Telefones e aparelhos	Benfeitorias	Obras em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.967	42.503	-	37.207	450	-	31.485	67	69.175	6.281	24.769	10.936	226.840
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.418	40.153	-	35.314	916	-	29.119	67	96.576	4.235	31.312	5.371	248.481
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.934	42.329	-	45.131	1.564	3.023	33.515	40	109.108	2.938	29.931	67.994	341.507

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada de acordo com a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

O montante de R\$52.146 (R\$48.306 em 31 de dezembro de 2022) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$67.994 (R\$ 5.371 em 2022), refere-se aos gastos incorridos na reforma das unidades de João Pessoa/PB, Juazeiro do Norte/CE, Orion/MG, Tatuapé/SP e Campina Grande/PB.

10 Intangível

Custo	31/12/2023	31/12/2022
Marcas e patentes	69	69
Software	<u>149.732</u>	<u>113.740</u>
	149.801	113.809
Amortização acumulada	<u>(87.942)</u>	<u>(62.895)</u>
	<u>61.859</u>	<u>50.914</u>

O ativo intangível está demonstrado na tabela a seguir:

	Marcas e patentes	Software	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2021	69	74.148	74.217
Adições	-	39.592	39.592
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>69</u>	<u>113.740</u>	<u>113.809</u>
Adições	-	36.014	36.014
Baixas	-	(22)	(22)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>69</u>	<u>149.732</u>	<u>149.801</u>
Amortização acumulada			
Em 31 de dezembro de 2021	-	(38.435)	(38.435)
Despesa do exercício	-	(24.460)	(24.460)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>(62.895)</u>	<u>(62.895)</u>
Despesa do exercício	-	(25.061)	(25.061)
Baixas	-	14	14
Em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>(87.942)</u>	<u>(87.942)</u>
Valor contábil líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	69	35.713	35.782
Saldo em 31 de dezembro de 2022	69	50.845	50.914
Saldo em 31 de dezembro de 2023	69	61.790	61.859

11 Empréstimos e financiamentos

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa nº 28. A seguir demonstramos as composições dos empréstimos e financiamentos, na respectiva data base.

11.1 Os empréstimos e financiamentos são compostos por

	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda estrangeira (a)	122.238	84.253
Em moeda nacional:		
Financiamento	440	2.487
Arrendamento financeiros	66.340	56.873
Empréstimos	100	-
Total	189.118	143.613
Circulante	125.565	104.168
Não circulante	63.553	39.445
	189.118	143.613

- (a) Refere-se a captação efetuada em moeda estrangeira: a Companhia capitalizou o montante de USD 25.407 mil e Euro 4.448 nos últimos três anos, e contratou instrumentos derivativos (“Swap”) por estratégia de proteção, alterando sua exposição para taxa média de CDI + 2,70% a.a. O vencimento dessas operações se dará entre 09/2024 a 05/2025.

A Companhia ofereceu parcialmente como garantia dos empréstimos e financiamentos contratados aval deacionistas, cartas fianças e os próprios bens adquiridos nos contratos O contrato (iv) mencionado na subnota acima possui cláusula restritiva a qual estabelece que a Companhia deve manter o Endividamento Líquido Bancário menor ou igual a 2,0, cláusula atendida pela Companhia, além de cláusulas restritivas financeiras existem outras não financeiras.

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	Novos financiamentos	Atualizações / juros incorridos e variação cambial	Amortização principal	Amortização juros	31/12/2023
Moeda estrangeira	84.253	126.044	8.468	(82.302)	(14.225)	122.238
Arrendamentos	65.486	52.780	-	(32.830)	(5.769)	79.667
(-) Encargos arrendamentos	(8.613)	(10.401)	5.687	-	-	(13.327)
	<u>56.873</u>	<u>42.379</u>	<u>5.687</u>	<u>(32.830)</u>	<u>(5.769)</u>	<u>66.340</u>
CDC - Aymoré Financiamentos	2.183	-	-	(1.623)	(111)	449
CDC – Banco de Lage Laden	420	2.936	-	(3.167)	(190)	(1)
(-) Encargos arrendamentos	(116)	(180)	288	-	-	(8)
	<u>2.487</u>	<u>2.756</u>	<u>288</u>	<u>(4.790)</u>	<u>(301)</u>	<u>440</u>
Empréstimos	0	100	0	0	0	100
	<u>0</u>	<u>100</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>100</u>
	<u>143.613</u>	<u>171.279</u>	<u>14.443</u>	<u>(119.922)</u>	<u>(20.295)</u>	<u>189.118</u>

	31/12/2021	Novos financiamentos	Atualizações / juros incorridos e variação cambial	Amortização principal	Amortização juros	31/12/2022
Moeda estrangeira	57.112	60.000	11.056	(38.677)	(5.238)	84.253
Arrendamentos	43.812	54.790	-	(27.827)	(5.289)	65.486
(-) Encargos arrendamentos	(3.559)	(10.476)	5.422	-	-	(8.613)
	<u>40.253</u>	<u>44.314</u>	<u>5.422</u>	<u>(27.827)</u>	<u>(5.289)</u>	<u>56.873</u>
CDC - Aymoré Financiamentos	2.779	1.576	-	(1.939)	(233)	2.183
CDC – Banco de Lage Laden	750	3.045	-	(3.045)	(330)	420
(-) Encargos arrendamentos	(353)	(323)	560	-	-	(116)
	<u>3.176</u>	<u>4.298</u>	<u>560</u>	<u>(4.984)</u>	<u>(563)</u>	<u>2.487</u>
	<u>100.541</u>	<u>108.612</u>	<u>17.038</u>	<u>71.488</u>	<u>(11.090)</u>	<u>143.613</u>

11.2 Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos de equipamentos de informática destinados à manutenção de suas atividades, que em sua essência, representam compra financiada dos referidos equipamentos, onde no final do contrato o bem pertence à Companhia. Para as compras realizadas através da operação de leasing em 2023 foram aplicadas taxas pós fixadas, com a média de CDI + 2,43%, enquanto para o ano de 2022 as taxas eram pré-fixadas em média de 12,10%a.a.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	42.637	31.997
Mais de um ano e menos de três anos	37.030	33.489
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(13.327)</u>	<u>(8.613)</u>
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	<u><u>66.340</u></u>	<u><u>56.873</u></u>

12 Instrumentos financeiros derivativos

Em 2023 e 2022, a Companhia contratou instrumentos derivativos (“swap”) por estratégia de proteção de risco cambial sendo o valor protegido e o vencimento das operações descrito na nota explicativa nº 11.1.

A composição do saldo de instrumentos financeiros derivativos é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	3	665
Ativo não circulante	187	101
Passivo circulante	(7.518)	(1.104)
Passivo não circulante	<u>(2.133)</u>	<u>(148)</u>
Moeda estrangeira	<u><u>(9.461)</u></u>	<u><u>(486)</u></u>

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

	Ativo	Passivo	Total líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>766</u>	<u>1.252</u>	<u>(486)</u>
Recebimento	<u>(1.815)</u>	<u>7.160</u>	<u>(8.975)</u>
Atualizações / Juros incorridos	<u>1.239</u>	<u>1.239</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>190</u></u>	<u><u>9.651</u></u>	<u><u>(9.461)</u></u>

13 Tributos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre Serviços – ISS	5.379	4.645
Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS	7.732	5.617
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	8.559	6.025
Demais impostos	<u>2.263</u>	<u>599</u>
	<u>23.933</u>	<u>16.886</u>
Circulante	21.797	16.759
Não circulante	<u>2.136</u>	<u>127</u>
	<u>23.933</u>	<u>16.886</u>

14 Obrigações trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	78.486	62.867
Provisão para férias	114.148	91.447
Contribuição previdenciária	9.391	7.225
FGTS	10.375	8.198
Contribuição previdenciária sobre receita bruta (a)	5.658	4.564
Pró-labore a pagar	9.322	6.879
Pensão alimentícia	46	41
Contribuição sindical	33	16
Consignado	1.536	663
Provisão de 13º Salário	-	286
Demais obrigações	238	158
	229.233	182.344

- (a) Este valor é impactado pela redução da alíquota do INSS patronal nos setores de “call center”, conforme o artigo 15º da lei nº 13.202/2015, que considera a alíquota desta contribuição em 3% desde dezembro/2015.

15 Demais contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para contas a pagar (i)	2.685	2.551
Aluguéis	5	6
Condomínios	193	219
Créditos diversos	346	52
Valores a pagar	-	11
Receita diferida (ii)	231	1.730
Outras contas a pagar	631	1.051
	4.091	5.620
Circulante	3.615	5.054
Não circulante	476	566

- (i) Os valores classificados em provisões para contas a pagar correspondem substancialmente às estimativas de despesas com Energia Elétrica, Telefonia e Internet incorridas em dezembro de cada exercício, cujas medições ainda não haviam sido formalizadas pelos fornecedores.
- (ii) As receitas são reconhecidas pelo regime de competência quando da efetiva prestação de serviços baseando-se em medições efetuadas. São classificadas como receita diferida, os faturamentos de serviços que serão prestados no futuro oriundos de acordo contratual entre a Companhia e o cliente, sem possibilidade de devolução ou abatimento por parte da Companhia.

16 Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, que estão sendo tratadas nas esferas administrativa e judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais, quando aplicável.

Os processos judiciais são, preponderantemente, de cunho trabalhista. Os demais se referem a processos tributários, cíveis e ações na esfera administrativa federal, na qual foram apresentadas manifestações de inconformidade a não homologação de compensações tributárias.

São efetuadas provisões para contingências quando a Administração, juntamente com seus assessores internos e externos, julga adequada e considera o risco de perda provável.

Composição e movimentação das provisões

Os saldos mantidos em 31 de dezembro estão demonstrados na tabela a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas	7.988	10.875	4.875	3.418
Contingências tributárias	5.583	1.142	1.373	1.237
Contingências cíveis	-	1	-	1
	<u>13.571</u>	<u>12.018</u>	<u>6.248</u>	<u>4.656</u>
Circulante	23	-	-	-
Não circulante	13.548	12.018	6.248	4.656
	<u>13.571</u>	<u>12.018</u>	<u>6.248</u>	<u>4.656</u>

Os processos correspondentes às provisões são acompanhados pelo setor jurídico, onde são feitas as análises e recursos para todos os processos. A movimentação está abaixo apresentada:

	Depósitos recursais				Provisões			
	Cíveis	Tributários	Trabalhista	Totais	Cíveis	Tributários	Trabalhista	Totais
Em 31 de dezembro de 2021	1	151	14.477	14.629	1	151	2.978	3.130
Adição	-	991	300	1.291	-	1.086	4.242	5.328
Baixa	-	-	(4.813)	(4.813)	-	-	(3.802)	(3.802)
Atualização	-	-	911	911	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	1	1.142	10.875	12.018	1	1.237	3.418	4.656
Adição	-	4.441	244	4.685	-	136	8.418	8.554
Baixa	(1)	-	(3.870)	(3.871)	(1)	-	(6.961)	(6.962)
Atualização	-	-	739	739	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	-	5.583	7.988	13.571	-	1.373	4.875	6.248

17 Perdas possíveis não provisionadas

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte de processos cíveis relacionados a:

- (i) pedido de indenização por danos materiais; e
- (ii) ação de restituição da integralidade dos valores desembolsados em reclamações trabalhistas e custas processuais. Na respectiva data, o valor das causas dos processos, considerado pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.215 (R\$1.576 em 31 de dezembro de 2022).

18 Impostos diferidos

Os impostos diferidos na data de encerramento dos balanços referem-se a:

	31/12/2023					31/12/2022				
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	ISS	Total	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	ISS	Total
Arrendamentos (i)	24.160	(6.040)	(2.174)	-	(8.214)	20.762	(5.191)	(1.869)	-	(7.060)
Depreciação – revisão da vida útil (ii)	22.382	(5.596)	(2.015)	-	(7.611)	21.388	(5.347)	(1.925)	-	(7.272)
Provisão trabalhista	(4.875)	1.219	439	-	1.658	(3.418)	855	308	-	1.163
Provisão civil	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Provisão fiscal	(5.332)	1.333	480	-	1.813	(5.077)	1.269	457	-	1.726
Provisão folha (iv)	(19.562)	4.890	1.761	-	6.651	(16.747)	4.187	1.507	-	5.694
Receita a realizar (iii)	128.389	-	-	(3.723)	(3.723)	80.467	-	-	(2.585)	(2.585)
Variação cambial	7.681	(1.920)	(691)	-	(2.611)	(989)	247	89	-	336
Derivativos	(11.827)	2.956	1.064	-	4.020	(1.903)	476	171	-	647
Receita diferida	(231)	58	21	-	79	(1.729)	432	156	-	588
Ajuste a Valor Presente (nota 28.2)	(1.415)	354	127	-	481	-	-	-	-	-
	<u>139.370</u>	<u>(2.746)</u>	<u>(988)</u>	<u>(3.723)</u>	<u>(7.457)</u>	<u>92.753</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(1.106)</u>	<u>(2.585)</u>	<u>(6.763)</u>
Impostos diferidos passivo circulante					(3.723)					(2.586)
Impostos diferidos passivo não circulante					(3.734)					(4.177)
Imposto diferido, líquido					<u>(7.457)</u>					<u>(6.763)</u>

- (i) Arrendamentos CPC 06 (R2): Referem-se à diferença temporária da exclusão da amortização das parcelas de leasing na compra de bens do imobilizado em contrapartida da adição da depreciação e dos encargos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.
- (ii) Depreciação (revisão da vida útil): Refere-se à diferença temporária decorrente do cálculo da depreciação contábil em relação à depreciação fiscal. Para fins fiscais, adespesa de depreciação é calculada com base nos critérios utilizados até 31 de dezembro de 2007 (Lei nº 12.973/14) e para fins societários conforme laudo técnico emitido por consultores internos da Companhia.
- (iii) Receita a realizar - estimativa complementar de provisão de receita - CPC 47: Diferença temporária relativa ao ISS a pagar sobre a receita a realizar a qual é reconhecida em função do serviço prestado, sendo este estabelecido conforme as medições realizadas e o respectivo aceite da contraparte do serviço prestado.
- (iv) Refere-se a provisão de ajuste salarial anual definido pelo sindicato contemplando um período retroativo à data do efetivo início.

19 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A taxa de desconto utilizada é revisada sempre que necessário, e aplicada a contratos de arrendamento novos ou modificados conforme previsto pela norma. A Companhia aplicou a taxa de desconto média de 9,36% em 2023 (7,62% em 2022).

A movimentação do saldo de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento	Despesas	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento	Despesas
Saldo Inicial	83.705	93.818	-	108.781	116.589	-
Adição de novos contratos/remensuração	11.396	11.396	-	2.047	2.047	-
Baixa	-	-	-	-	-	-
Pagamento principal	-	(26.526)	-	-	(24.818)	-
Pagamento juros	-	(6.703)	-	-	(7.240)	-
Depreciação	(26.955)	-	(26.955)	(27.122)	-	(27.122)
Juros	-	6.703	(6.703)	-	7.240	(7.240)
Total	68.146	78.688	(33.658)	83.706	93.818	(34.362)

A Companhia arrenda substancialmente edificações utilizadas para implantações dos sites operacionais. O prazo de arrendamento é de um a dez anos.

Determinados contratos de arrendamentos de edificações venceram no exercício social corrente. Os contratos vencidos foram substituídos por novos arrendamentos para ativos subjacentes idênticos.

A Companhia possui substancialmente seus compromissos de arrendamentos a serem liquidados em um período de até 10 anos, conforme detalhado abaixo:

Valores a pagar de arrendamentos	31/12/2023	31/12/2022
Em até 1 ano	31.059	31.686
De 2 a 3 anos	31.950	40.797
De 3 a 4 anos	10.219	12.291
De 4 a 5 anos	9.799	9.461
Mais de 5 anos	12.470	20.650
	<u>95.497</u>	<u>114.885</u>
Menos: juros a apropriar	<u>(16.809)</u>	<u>(21.067)</u>
	<u>78.688</u>	<u>93.818</u>
Arrendamento operacional de curto prazo	25.784	25.692
Arrendamento operacional de longo prazo	<u>52.904</u>	<u>68.126</u>
Total de arrendamento operacional	<u>78.688</u>	<u>93.818</u>

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 115.301 (R\$65.000 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 115.300.900 ações ordinárias nominativas (65.000.000 ações em 31 de dezembro de 2022) com valor nominal de R\$1,00 (R\$1,00 em 2022) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 09 de agosto de 2023 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 3.301, através da transferência da aeronave Cessna Citation, modelo 525^a, S/N 525^a - 0385 (R\$ 3.298) e por aporte de capital (R\$ 3), ambos distribuídos pelos acionistas. Em decorrência do referido aumento de capital foi aprovada a emissão de novas 3.300.900 ações ordinárias, com valor nominal de R\$1,00.

Em 21 de dezembro de 2023 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 47.000, como destinação de parte da reserva de lucros da companhia. Em decorrência do referido aumento de capital foi aprovada a emissão de novas 47.000.000 ações ordinárias, com valor nominal de R\$1,00.

20.2 Reservas de lucro

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

b. Reserva de subvenções para investimento

Refere-se a realização das subvenções dos terrenos recebidos em doação das prefeituras dos Municípios de Montes Claros - MG, Governador Valadares - MG, Mossoró - RN, Juazeiro do Norte - RN e Arapiraca - AL. A amortização será praticada ao longo da vida útil do ativo à taxa de 4% ao ano.

20.3 Reserva de lucros

A destinação dos lucros obedecerá à disposição a seguir: distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente.

21 Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados, no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	125.065	79.117
Lucro por ação básico e diluído		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (unid.)	67.452.173	64.013.699
Lucro por ação básico (R\$)	1,85	1,24

22 Dividendos a pagar

A destinação dos dividendos na apuração do resultado do exercício é constituída conforme preconiza a Lei das S.A., bem como em observância ao ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, deixando a parcela remanescente do Lucro Ajustado à disposição da AGO a ser realizada em prazo legal subsequente ao encerramento do exercício social, momento em que serão dadas as tratativas contábeis da Reserva de Lucros Retidos. Todo o montante de dividendos propostos reconhecidos como obrigação pela Companhia tem sua data de vencimento para 2025 e por isso está em sua totalidade reconhecida no longo prazo, de acordo com deliberação em AGE aprovada em 21 de dezembro de 2023.

Os dividendos foram calculados considerando o exposto a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	125.065	79.117
Constituição da reserva legal (5%)	(6.253)	(3.955)
Constituição de reserva de subvenção para investimento	(486)	(486)
Base de cálculo dos dividendos	<u>118.326</u>	<u>74.676</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(29.582)	(18.669)
Obrigação reconhecida em 31/12 – ICPC 08	<u>29.582</u>	<u>18.669</u>
Reserva de Lucros Retidos à disposição da AGO	<u>88.744</u>	<u>56.007</u>
Dividendos Propostos em 31/12 por força da Lei 6.404 e ICPC 08	<u>(29.582)</u>	<u>(18.669)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado distribuído	25%	25%

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo de dividendos a pagar:

Em 31 de dezembro de 2021	177.439
Valor a distribuir aprovado em AGO – 29/04/2022	19.293
Dividendos mínimo obrigatório	18.669
Dividendos pagos	<u>(36.170)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>179.231</u>
Valor a distribuir aprovado em AGO – 26/04/2023	<u>7.910</u>
Dividendos mínimo obrigatório	<u>29.582</u>
Dividendos pagos	<u>(39.000)</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>177.723</u>

Os dividendos propostos, bem como os mínimos obrigatórios do ano de 2023, foram classificados como não circulante, conforme perspectivas de pagamentos deliberadas por unanimidade por todos os sócios da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	-	-
Não circulante	<u>177.723</u>	<u>179.231</u>
	<u>177.723</u>	<u>179.231</u>

23 Subvenções e assistências governamentais

	Montes Claros	Governador Valadares	Mossoró	Juazeiro do Norte	Arapiraca	Total
Em 31 de dezembro de 2021	1.493	419	3.071	2.814	838	8.635
Amortização subvenção	<u>(80)</u>	<u>(27)</u>	<u>(177)</u>	<u>(157)</u>	<u>(45)</u>	<u>(486)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	1.413	392	2.894	2.657	793	8.149
Amortização subvenção	<u>(80)</u>	<u>(27)</u>	<u>(177)</u>	<u>(157)</u>	<u>(45)</u>	<u>(486)</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>1.333</u>	<u>365</u>	<u>2.717</u>	<u>2.500</u>	<u>748</u>	<u>7.663</u>

As subvenções e assistências governamentais recebidas tem como contrapartida a geração de empregos e a implantação de unidade de “Call Center” nos municípios e estão apresentadas a seguir:

Montes Claros

Doação pelo Município de Montes Claros - MG, conforme a Lei nº 4.356, de 01 de junho de 2011, de terreno de 8.000 m², no valor de R\$2.000, para construção de unidade operacional da Companhia, com a condição de que as edificações a serem feitas no local fossem iniciadas em seis meses e concluídas em até três anos, prazos contados da efetiva doação. A condição foi integralmente cumprida.

Governador Valadares

Doação pelo Município de Governador Valadares - MG, conforme a Lei nº 6.223, de 13 de setembro de 2011, de terreno de 800 m², no valor de R\$679, para construção de unidade operacional da Companhia, com a condição de que as edificações a serem feitas no local fossem iniciadas em 12 meses e concluídas em até cinco anos, prazos contados da efetiva doação.

A condição foi integralmente cumprida.

Mossoró

Doação pelo Município de Mossoró - RN de terreno, no valor de R\$4.429, conforme escritura lavradano cartório de 1º Ofício de Notas - Registro de Imóveis 1ª Zona Mossoró (nº 34.087 livro 2 R-2-18412 matrícula 18.412), para construção de unidade operacional da Companhia.

Juazeiro do Norte

Doação pelo Município de Juazeiro do Norte - CE de terreno, no valor de R\$3.926, conforme escrituralavrada no cartório Machado 2º ofício (livro 289 e folhas 169/170), para construção de unidade operacional da Companhia.

Arapiraca

Doação pelo Município de Arapiraca - AL de terreno, no valor de R\$1.112, conforme escritura lavradano cartório 1º Ofício de Notas, Registro Imobiliário RTD e RPJ. (livro 209 e folha 28), para construção de unidade operacional da Companhia.

24 Receita operacional líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta	2.083.792	1.681.729
Deduções da receita bruta:		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(62.648)	(50.587)
Imposto Sobre Serviço – ISS	(53.713)	(45.217)
CPRB	(62.513)	(50.458)
Programa de Integração Social – PIS	(13.574)	(10.962)
Descontos incondicionais	(124)	(139)
Receita líquida	<u>1.891.220</u>	<u>1.524.366</u>

25 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, relacionados às operações continuadas, reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Custos e despesas gerais e administrativas por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados	(1.552.549)	(1.279.869)
Despesas gerais e administrativas	<u>(115.628)</u>	<u>(97.708)</u>
	<u>(1.668.177)</u>	<u>(1.377.577)</u>
Salários e encargos (vide nota 25.3)	(1.361.243)	(1.105.209)
Serviços contratados	(114.237)	(90.989)
Depreciações e amortizações	(104.430)	(99.888)
Aluguéis e condomínios	(3.082)	(2.878)
Despesas tributárias (a)	(8.579)	(9.371)
Outros custos e despesas (b)	<u>(76.606)</u>	<u>(69.242)</u>
	<u>(1.668.177)</u>	<u>(1.377.577)</u>

(a) As despesas tributárias são detalhadas conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	(206)	(496)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.053)	(1.088)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	(2.049)	(1.678)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(181)	(606)
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	(3.709)	(3.773)
Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor - IPVA	(3)	(3)
Imposto sobre a renda das Pessoas Jurídicas) - IRPJ	-	(57)
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(672)	(828)
Imposto sobre Serviço – ISS	(171)	(297)
Programa de Integração Social – PIS	(221)	(226)
Taxas energia elétrica	(75)	(73)
Demais taxas	<u>(239)</u>	<u>(246)</u>
	<u>(8.579)</u>	<u>(9.371)</u>

(b) Os outros custos e despesas estão detalhados conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Energia Elétrica	(21.290)	(19.972)
Telefonia	(12.314)	(9.087)
Viagens	(7.482)	(6.170)
Peças e Acessórios	(3.875)	(4.812)
Higiene e Limpeza	(4.609)	(3.643)
Fretes e Carretos	(3.964)	(3.549)
Material de Consumo	(4.190)	(3.169)
Água	(3.892)	(2.855)
Condução Urbana /Táxi	(2.476)	(2.716)
Locações	(1.529)	(1.800)
Lanches e Refeições	(1.841)	(1.742)
Internet	-	(1.632)
Multas	(3.135)	(1.520)
Veículos	(1.299)	(1.251)
Seguros	(1.498)	(1.197)
Assinaturas e Mensalidades	(678)	(938)
Demais custos	<u>(2.534)</u>	<u>(3.189)</u>
	<u>(76.606)</u>	<u>(69.242)</u>

25.1 Despesas comerciais por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Eventos	(5.610)	(6.757)
Propaganda e publicidade	(680)	(680)
Revistas e publicações	(55)	(46)
	<u>(6.345)</u>	<u>(7.483)</u>

25.2 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas:		
Alienação de ativo não circulante	-	904
Rateio de despesas corporativas	338	342
Multas contratuais (a)	-	1.357
Bonificação sobre benefícios trabalhistas	2.315	-
	<u>527</u>	<u>3.835</u>
Outras receitas	<u>527</u>	<u>3.835</u>
	<u>3.180</u>	<u>6.438</u>
Outras despesas:		
Valor contábil ativos alienados	(335)	(686)
Valor contábil bens e direitos	(1.446)	(837)
Rateio de despesas corporativas	(6)	(136)
Perdas com inventário	(3.903)	-
	<u>(5.690)</u>	<u>(1.659)</u>
	<u>(2.510)</u>	<u>4.779</u>

(a) Referem-se a multas contratuais recebidas de clientes em 2022.

(b) Referem-se a perda reconhecida para realização de inventário para 100% dos ativos imobilizados.

25.3 Salários e encargos por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(1.064.641)	(865.065)
Benefícios	(149.246)	(119.497)
INSS	(37.107)	(32.204)
FGTS	(80.078)	(64.975)
Acordos trabalhistas	(8.854)	(6.255)
Honorários da diretoria	(21.317)	(17.213)
	<u>(1.361.243)</u>	<u>(1.105.209)</u>

26 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	28	7
Juros recebidos	16	175
Rendimentos de aplicações financeiras	8.710	4.350
Variação cambial ativa	1.871	23
Variação monetária ativa	2.941	1.486
Variação cambial de empréstimos, líquida de derivativos (notas nº 11 e 12)	58.336	61.616
Outras receitas	-	6
	<u>71.902</u>	<u>67.663</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(123)	(236)
Juros pagos	(1.688)	(2.312)
Juros sobre arrendamentos	(5.687)	(5.422)
Juros sobre arrendamentos	(6.703)	(7.240)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(289)	(560)
Variação cambial de empréstimos, líquida de derivativos (notas nº 11 e 12)	(77.394)	(72.841)
Variação cambial passiva	(50)	(72)
Ajuste a valor presente	(1.415)	-
Outras	(500)	(456)
	<u>(93.849)</u>	<u>(89.139)</u>
	<u>(21.947)</u>	<u>(21.476)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

27.1 Imposto de renda e contribuição social no resultado

Para apuração do imposto de renda foi utilizada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% nos casos estabelecidos em legislação vigente. A alíquota para a contribuição social utilizada foi de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação vigente.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	192.241	122.609
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal	(65.362)	(41.687)
Inovação tecnológica	2.093	-
Outras adições permanentes	(3.907)	(1.805)
	<u>(67.176)</u>	<u>(43.492)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(67.619)	(44.897)
Diferidos	443	1.405
	<u>(67.176)</u>	<u>(43.492)</u>
Alíquota efetiva	35%	35%

O saldo patrimonial de imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrado na nota explicativa nº 18.

27.2 Movimentação da provisão para imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022	13.986
Provisão	67.619
IR e CS Retidos na fonte	(2.918)
Parcelamento	(41)
(-) Crédito de inovação tecnológica	2.093
Pagamento	(63.546)
Em 31 de dezembro de 2023	17.193

28 Gestão de risco financeiro

28.1 Mensuração do Valor Justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

28.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, sendo os procedimentos aprovados pelo Conselho de Administração. A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros e o Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco e para as áreas específicas, como riscos de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, contas a pagar aos fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros resultam diretamente de suas operações.

a. *Risco de mercado*

Risco cambial

A Companhia utiliza empréstimos e financiamentos vinculados ao euro. O risco cambial decorrente destes empréstimos e financiamentos são totalmente reduzidos por operações com instrumentos financeiros derivativos (“swap”).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras que são indexadas ao CDI, assim como as aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses instrumentos financeiros expõem a Companhia ao risco de variação da taxa de juros de fluxo de caixa.

b. *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia registra provisão para perda esperada de seu contas a receber, a partir da utilização de uma matriz de provisões. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de ‘rolagem’ com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base em certas características de risco de crédito comuns, como o tempo de relacionamento com o cliente e o tipo de produto fornecido. Para maiores detalhes, consulte a política contábil na nota explicativa 2.3.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos de contrato para clientes individuais em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito (b):		
Grupo 1	10.687	6.690
Grupo 2	394.334	287.665
Grupo 3	6.640	14.759
Grupo 4	6.367	5.360
(-) Grupo 4 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.367)	(1.504)
	411.661	312.970
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (a)		
BBB	-	-
B	94.407	84.361
	94.407	84.361
Partes relacionadas		
Grupo 2	31	4
	31	4

(a) “Rating nacional” atribuído pela agência de classificação de risco Standard & Poor’s.

(b) Detalhamento dos grupos:

- **Grupo 1** - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses de relacionamento).
- **Grupo 2** - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses de relacionamento) sem inadimplência no passado.
- **Grupo 3** - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses de relacionamento) com algumas inadimplências ou atrasos no passado, mas que, no entendimento da Companhia, não há risco de liquidação.
- **Grupo 4** - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses de relacionamento) com algumas inadimplências no passado. O valor classificado nesse grupo é composto por títulos incluídos em processo de Recuperação Judicial ou cuja a recuperabilidade seja extremamente remota apesar dos esforços da Companhia a recuperar esses recebíveis. Para esses casos, a partir de 2023 a Companhia mantém provisão para perda da totalidade dos valores envolvidos nesse grupo.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, além de manter um determinado volume de aplicações financeiras, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

Em 31 de dezembro de 2023	Menor 1 ano	1 a 3 anos
Contas a pagar aos fornecedores ^a	55.023	12.474
Empréstimos e financiamentos	125.565	63.553
Instrumentos financeiros derivativos	7.515	1.946
Demais contas a pagar	155	476
	188.258	78.449
Em 31 de dezembro de 2022	Menor 1 ano	1 a 3 anos
Contas a pagar aos fornecedores	34.286	5.072
Empréstimos e financiamentos	104.168	39.445
Instrumentos financeiros derivativos	439	47
Demais contas a pagar	484	566
	139.377	45.130

- (a) O saldo do longo prazo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a taxa Selic vigente.

28.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade.

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida de acordo com a tabela a seguir:

	Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	94.437	84.388
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	411.661	312.970
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor justo	190	766
Depósitos judiciais	Custo amortizado	13.571	12.018
Passivos financeiros			
Contas a pagar aos fornecedores	Custo amortizado	67.497	39.358
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	189.118	143.613
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor justo	9.651	1.252
Demais contas a pagar	Custo amortizado	-	1.050

29 Análise de sensibilidade

A Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos (variação da taxa do CDI em 25% ou 50% inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas:

- Em 31 de dezembro de 2023 o caixa líquido da Companhia era R\$104.142. Deste total exclui-se o valor de R\$66.759 referente às operações não indexadas ao CDI. Assim, o caixa líquido sujeito à variação do CDI monta em R\$37.383 em 31 de dezembro de 2023.

A análise de sensibilidade de taxa de juros preparada pela Administração da Companhia por ocasião do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

Período até 31 de dezembro de 2023			
Operação	Cenário base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Exposição líquida	37.383	46.729	56.075
Taxa média efetiva do CDI anual – acumulada em 2022	13,04%	13,04%	13,04%
Taxa média anual estimada do CDI	10,03%	12,54%	15,05%
Efeito nas receitas financeiras sujeitas a variações do CDI Conforme cenários estimados	4.875	6.093	7.312
Ganho (Perda) líquido	(1.125)	1.218	2.437
Período até 31 de dezembro de 2022			
Operação	Cenário base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Exposição líquida	425	531	637
Taxa média efetiva do CDI anual – acumulada em 2022	12,38%	12,38%	12,38%
Taxa média anual estimada do CDI	12,34%	15,43%	18,51%
Efeito nas receitas financeiras sujeitas a variações do CDI Conforme cenários estimados	52	66	79
Ganho (Perda) líquido	(1)	13	26

- **Cenário Base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis próximo ao exercício findo, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada próxima da data de aprovação destas demonstrações financeiras.
- **Cenário I e II:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em 25% e 50%, respectivamente.

Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do euro e do dólar, pois a administração da Companhia contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para não sofrer impactos da variação cambial.

30 Transações com partes relacionadas

As transações com parte relacionadas realizadas pela Companhia estão relacionadas a seguir:

Pagamentos efetuados	31/12/2023	31/12/2022
Aluguéis de imóveis:		
Luz e Cia	8.425	7.385
Azevedo e Cia	8.425	7.385
	<u>16.850</u>	<u>14.770</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Contas de resultado		
Custo dos serviços prestados:		
Robbyson Systems (*)	(10.176)	(9.469)
AeC.Com Tecnologias Ltda. (*)	<u>(72)</u>	<u>(72)</u>
	<u>(10.248)</u>	<u>(9.541)</u>
Rateio de despesas:		
AeC.Com	116	95
AeC Consulting	-	62
AeC Outsourcing	121	(26)
Robbyson Systems	<u>95</u>	<u>74</u>
	<u>332</u>	<u>205</u>
Total registrado em contas de resultado	<u>(9.916)</u>	<u>(9.336)</u>
Ativo circulante		
Demais ativos:		
AeC.Com	11	8
AeC Outsourcing	11	-
Robbyson Systems	<u>9</u>	<u>7</u>
Subtotal – Demais ativos	<u>31</u>	<u>15</u>
Total registrado em contas do ativo	<u>31</u>	<u>15</u>
Passivo circulante		
Fornecedores – Robbyson Systems	520	763
Rateio despesas corporativas – AeC Outsourcing	<u>-</u>	<u>11</u>
Total – Passivo circulante	<u>520</u>	<u>774</u>
Passivo não circulante – acionistas		
Acionistas - Dividendos a pagar	<u>177.723</u>	<u>179.231</u>
Total – Passivo não circulante	<u>177.723</u>	<u>179.231</u>
Total registrado em contas do passivo	<u>178.243</u>	<u>180.005</u>

(*) A Companhia subcontrata serviços da AeC.Com Tecnologias e da Robbyson Systems, substancialmente relacionados a licenças de sistemas comercializados. As contratações foram feitas em condições acordadas entre as partes.

30.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e acionistas, a remuneração do pessoal-chave foi de R\$21.317 em 2023 (R\$17.213 em 2022).

31 Compromissos

31.1 Contratos de locação das instalações

As instalações operacionais da Companhia estão localizadas em imóveis próprios ou alugados. Os contratos de locação possuem vigências que variam de um a dez anos, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

Fianças

A tabela a seguir demonstra os saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 das despesas com fianças referentes aos contratos de prestação de serviços da Companhia:

	31/12/2023	31/12/2022
Carta-fiança	<u>(245)</u>	<u>(239)</u>
	<u>(245)</u>	<u>(239)</u>

32 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Aumento de capital social com parte da reserva legal – nota 20.1	-	2.514
Aumento de capital com aquisição da Aeronave Cessna Citation, modelo 525ª, S/N 525ª - 0385 - nota 20.1	3.299	-
Aumento de capital com reserva de lucros - nota 20.1	47.000	-
Reconhecimento de direito de uso (Novos contratos nota nº 19)	11.396	2.047